

## 01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, da Controladora e Consolidadas, em 22 de fevereiro de 2018 e recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

## 02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

### 2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 04.

#### (a) Demonstrações Financeiras Individuais - Controladora

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras Individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação de método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## **(b) Demonstrações Financeiras Consolidadas - Consolidado**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras da subsidiária são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

## **03. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **3.1 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui quatro segmentos distintos, representado pelo segmento de serviços de água e o segmento de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S/A até 19 de abril de 2017. Em 2017 a Controladora iniciou a operação do segmento Resíduos Sólidos no município de Varginha. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

## **3.2 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

## **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

## **3.4 Ativos financeiros**

### **3.4.1 Classificação**

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos e reconhecidos sob as categorias de empréstimos e recebíveis e/ou disponível para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

### **3.4.2 Reconhecimento e mensuração**

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”.

### **3.4.3 *Impairment* de ativos financeiros**

#### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados ao custo médio ponderado de capital (WACC). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

#### **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

### **3.5 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores dos serviços prestados ou da venda de mercadoria no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia calcula a provisão para perdas de acordo com os critérios facultados pela Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, não considerando os créditos relativos ao acionista controlador.

Em relação aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida, ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

### **3.6 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

### **3.7 Ativos financeiros vinculados à concessão**

O concessionário reconhece um crédito a receber, quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão destes serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência deste fato, a Companhia reconhece, um ativo financeiro, referente a parcela que excede o prazo dos contratos, cujo valor é descontado com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### **3.8 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.9 Ativos intangíveis**

#### **(a) Ativos diretamente ligados a Concessões**

O concessionário reconhece como um ativo intangível, os investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão.

Também em linha com a Interpretação ICPC 01 e em decorrência dos contratos de concessão firmados, a Companhia reconhece um ativo intangível que está demonstrado pelo valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.7.

Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

#### **(b) Direito de uso**

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

#### **(c) Licenças de software**

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

### **3.10 Imobilizado**

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2017, não sendo necessário ajustes no início de 2018, de forma prospectiva.

### **3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

### **3.12 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

#### **(a) Fornecedores**

A conta “fornecedores” refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **(c) Apresentação pelo líquido**

Passivos e ativos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### **3.13 Provisões**

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

### **3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

### **3.15 Tributação**

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### **(a) Imposto de renda e contribuição social corrente**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### **(b) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **(c) Impostos sobre vendas e serviços**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota %</b>
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(\*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

## **3.16 Benefícios a empregados**

### **(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia é patrocinadora de 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas, contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Já no plano de Contribuição Definida a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

## **(b) Participação nos lucros**

São registradas provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

Desde 2008 por força do Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros da Companhia é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

### **3.17 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

### **3.18 Capital social**

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente a coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **3.19 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

## **(a) Prestação de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

## **(b) Contratos de construção**

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem.

## **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

## **(d) Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

### **3.20 Partes relacionadas**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

### **3.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tendo por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme o IFRS.

### **3.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a) CPC 47/IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração avaliou os impactos de sua adoção e concluiu que a adoção desta norma contábil não trará impactos no reconhecimento das receitas e consequentemente nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que os contratos e transações atualmente realizadas, obedecem a todos os passos requeridos.

- (b) CPC 48/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbridos de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração avaliou os impactos de sua adoção e em relação ao instrumento patrimonial reconhecido a valor justo, a Companhia fará, no reconhecimento inicial, uma escolha irrevogável de receber fluxo de caixa contratual através dos dividendos, conforme seu modelo de negócios, assim não haverá impactos na sua reclassificação. Quanto à perda de crédito esperada do Contas a receber de clientes (*impairment*), a Companhia finalizou estudo contemplando a avaliação histórica do saldo de contas a receber, das provisões realizadas, da recuperação de crédito, do histórico de inadimplência dos usuários, dentre outros comparando o critério definido para medir a perda esperada, com o critério atualmente utilizado e concluiu que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis. Quanto aos demais instrumentos financeiros a adoção desta norma contábil, não trará impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.
- (c) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A companhia ainda está avaliando os impactos da adoção desta Norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

## 04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

### (a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar "margem zero" a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização, pelos Municípios, de ativos prevista nos contratos de Concessão.

### (b) Benefícios de planos de previdência complementar

O valor atual destas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

### **(c) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos quanto ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

### **(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### **(e) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais**

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica.

### **(f) Contratos de empréstimos e financiamentos**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os

índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (“*cross-default*”), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

## 05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

Em 2017, foram formalizados Contratos de Programa com 07 municípios do Estado de Minas Gerais, cuja população urbana conjunta estimada é de aproximadamente 340 mil habitantes.

A Companhia e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) possuíam 636 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 302 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2017 (635 e 299 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, 79 concessões de água e 5 de esgoto encontravam-se vencidas, representando 4,4% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia. A COPASA MG vem envidando esforços junto ao poder concedente para a renovação destas concessões. A situação das negociações dessas concessões encontra-se descrita a seguir:

- Concessões com Lei Autorizativa aprovada: 60 das quais 46 encontram-se em fase de estudos técnicos e aprovações internas; 04 em fase de formalização do Convênio de Cooperação; e 10 em fase de Consulta e Audiência Pública.
- Concessões sem Lei Autorizativa: 24.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

Em 30 de junho de 2017, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 96/2017 com o resultado da segunda etapa da revisão das tarifas de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia, autorizando a aplicação do índice médio de reposicionamento tarifário efetivo de 8,69%.

## 06. Caixa e Equivalentes de Caixa

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recursos em caixa e bancos	35.576	43.782	35.869	44.048
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	369.997	577.891	384.989	594.695
<b>Total</b>	<b>405.573</b>	<b>621.673</b>	<b>420.858</b>	<b>638.743</b>

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2017, foi de 98,0% a 108,0% (80,0% a 108,0% em 2016). No exercício de 2017, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$57.996 (R\$59.653 em 2016) na Controladora e R\$60.017 (R\$63.449 em 2016) no Consolidado.

Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### (b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 01 de janeiro</b>	<b>577.891</b>	<b>494.234</b>	<b>594.695</b>	<b>518.698</b>
Novas aplicações	2.385.375	2.160.045	2.444.992	2.253.987
Rendimentos	57.966	59.653	60.017	63.449
Resgates	(2.651.235)	(2.136.041)	(2.714.715)	(2.241.439)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>369.997</b>	<b>577.891</b>	<b>384.989</b>	<b>594.695</b>

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais (moeda funcional da Companhia), não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

## 07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais (moeda funcional da Companhia).

### (a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Valores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos	428.513	254.335	432.830	257.333
Vencidos até 30 dias	153.005	88.863	154.403	89.897
Vencidos de 31 até 60 dias	90.633	59.579	91.578	60.287
Vencidos de 61 até 90 dias	53.038	34.106	53.623	34.524
Vencidos de 91 até 180 dias	90.438	52.719	91.590	53.496
Vencidos acima de 180 dias	41.399	19.068	41.636	19.129
A vencer	389.852	431.330	392.383	433.582
Faturados	818.365	685.665	825.213	690.915
A faturar	297.719	260.277	297.719	260.277
Contas a receber de clientes	1.116.084	945.942	1.122.932	951.192
(-) Provisão para perdas contas a receber de clientes	(31.172)	(24.907)	(31.757)	(25.493)
	1.084.912	921.035	1.091.175	925.699
Contas a receber de longo prazo <sup>(1)</sup>	82.478	139.595	82.478	139.595
<b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>	<b>1.167.390</b>	<b>1.060.630</b>	<b>1.173.653</b>	<b>1.065.294</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 01 de janeiro</b>	<b>24.907</b>	<b>21.682</b>	<b>25.493</b>	<b>23.909</b>
Provisão para perdas de contas a receber	198.670	158.278	201.509	161.286
Reversão provisão devedores duvidosos	-	-	-	(122)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(192.405)	(155.053)	(195.245)	(159.580)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>31.172</b>	<b>24.907</b>	<b>31.757</b>	<b>25.493</b>

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

#### (b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (i)	172.181	169.711	172.181	169.711
Aplicação financeira vinculada (ii)	76.196	75.395	76.196	75.395
Ativos financeiros disponíveis para venda (iii)	73.058	59.564	73.058	59.564
Ativos financeiros – Contratos de concessão (iv)	659.147	604.538	659.147	604.538
Outros (v)	2.524	46.811	2.524	46.811
<b>Total</b>	<b>983.106</b>	<b>956.019</b>	<b>983.106</b>	<b>956.019</b>



- (i) As cauções em garantia de financiamentos, empréstimos e debêntures estão detalhadas abaixo:

<b>Controladora / Consolidado</b>		
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
União Federal - bônus	70.908	68.479
<i>Kreditanstalt Fur Wiederaufbau</i> - KfW	24.124	23.133
Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos	937	1.781
Contratos de empréstimos e financiamentos - BNDES	25.011	26.256
Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA PAC - 2009 e 2010	4.888	4.102
Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA	5.916	5.922
Subscrição 3ª emissão	14.252	15.190
PPP Rio Manso	26.145	24.848
<b>Total</b>	<b>172.181</b>	<b>169.711</b>

- (ii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, sendo que os valores são convertidos em contas e aplicada no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras.
- (iii) Refere-se ao saldo de investimento na empresa Foz de Jeceaba.
- (iv) Refere-se às contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a ICPC 01. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo Custo Médio Ponderado do Capital (*Weighted Average Capital Cost – WACC*).
- (v) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais.

## 08. Investimentos

Abaixo tabela com a movimentação dos investimentos e da provisão para perdas dos investimentos nas subsidiárias:

	<b>31/12/2016</b>	<b>Equivalência patrimonial<sup>(ii)</sup></b>	<b>Recuperação Impostos subsidiária</b>	<b>Aumento de Capital</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Investimentos</b>					
COPANOR <sup>(i)</sup>	34.030	(7.406)	38	35.365	62.027
Outros <sup>(iii)</sup>	260	-	-	-	260
<b>Total</b>	<b>34.290</b>	<b>(7.406)</b>	<b>38</b>	<b>35.365</b>	<b>62.287</b>

- (i) A Controladora realizou integralização de R\$35,4 milhões, sendo R\$15,4 milhões em 15 de fevereiro de 2017, R\$18,3 milhões em 09 de outubro de 2017 e R\$1,7 milhões em 21 de novembro de 2017. As duas últimas foram efetuadas com recursos oriundos do subsídio à COPANOR, previsto na revisão tarifária da COPASA que permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(ii) O Resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$7.406. O valor dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações/amortizações das subsidiárias foi negativo em R\$2.247 (negativo em R\$1.874 em 2016).

(iii) Em 31 de dezembro de 2016 foram inseridos os outros investimentos sem relevância realizados pela Companhia.

## 09. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

Controladora						
	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
<b>Em operação</b>						
Sistemas de água	3.503.895	(1.991.111)	<b>1.512.784</b>	5.853.928	(3.156.705)	<b>2.697.223</b>
Esgotamento sanitário	4.833.095	(1.711.226)	<b>3.121.869</b>	5.089.242	(1.679.222)	<b>3.410.020</b>
Sistemas de uso comum	759.181	(639.639)	<b>119.542</b>	966.370	(772.018)	<b>194.352</b>
Direitos de uso	459.287	(189.782)	<b>269.505</b>	433.194	(168.465)	<b>264.729</b>
Outros ativos intangíveis	107.670	(15.662)	<b>92.008</b>	129.324	(16.323)	<b>113.001</b>
<b>Total em operação</b>	<b>9.663.128</b>	<b>(4.547.420)</b>	<b>5.115.708</b>	<b>12.472.058</b>	<b>(5.792.733)</b>	<b>6.679.325</b>
<b>Em obras</b>						
Obras em andamento	981.697	-	<b>981.697</b>	1.141.245	-	<b>1.141.245</b>
<b>Total em obras</b>	<b>981.697</b>	<b>-</b>	<b>981.697</b>	<b>1.141.245</b>	<b>-</b>	<b>1.141.245</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>10.644.825</b>	<b>(4.547.420)</b>	<b>6.097.405</b>	<b>13.613.303</b>	<b>(5.792.733)</b>	<b>7.820.570</b>

Consolidado						
	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
<b>Em operação</b>						
Sistemas de água	3.503.895	(1.991.111)	<b>1.512.784</b>	5.853.928	(3.156.705)	<b>2.697.223</b>
Esgotamento sanitário	4.833.095	(1.711.226)	<b>3.121.869</b>	5.089.242	(1.679.222)	<b>3.410.020</b>
Sistemas de uso comum	759.181	(639.639)	<b>119.542</b>	966.370	(772.018)	<b>194.352</b>
Direitos de uso	459.287	(189.782)	<b>269.505</b>	433.194	(168.465)	<b>264.729</b>
Outros ativos intangíveis	107.670	(15.662)	<b>92.008</b>	129.324	(16.323)	<b>113.001</b>
<b>Total em operação</b>	<b>9.663.128</b>	<b>(4.547.420)</b>	<b>5.115.708</b>	<b>12.472.058</b>	<b>(5.792.733)</b>	<b>6.679.325</b>
<b>Em obras</b>						
Obras em andamento	1.019.527	-	<b>1.019.527</b>	1.154.470	-	<b>1.154.470</b>
<b>Total em obras</b>	<b>1.019.527</b>	<b>-</b>	<b>1.019.527</b>	<b>1.154.470</b>	<b>-</b>	<b>1.154.470</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>10.682.655</b>	<b>(4.547.420)</b>	<b>6.135.235</b>	<b>13.626.528</b>	<b>(5.792.733)</b>	<b>7.833.795</b>

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Controladora							
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum <sup>(1)</sup>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.697.223</b>	<b>3.410.020</b>	<b>194.352</b>	<b>264.729</b>	<b>113.001</b>	<b>1.141.245</b>	<b>7.820.570</b>
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	303.106	<b>476.470</b>
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	<b>(22.585)</b>
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	<b>(484.920)</b>
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	<b>28.237</b>
Transferências para ativo financeiro	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	<b>(52.349)</b>
Ajuste sistema compartilhado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	<b>(1.602.604)</b>
Transferências para imobilizado e entre intangível	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	<b>(86.605)</b>
Outros <sup>(2)</sup>	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	<b>21.191</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.512.784</b>	<b>3.121.869</b>	<b>119.542</b>	<b>269.505</b>	<b>92.008</b>	<b>981.697</b>	<b>6.097.405</b>

<sup>(1)</sup> Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

<sup>(2)</sup> Outros refere-se a ajustes de amortização de alterações ou renovações de concessões de exercícios anteriores.

Consolidado							
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum <sup>(1)</sup>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.697.223</b>	<b>3.410.020</b>	<b>194.352</b>	<b>264.729</b>	<b>113.001</b>	<b>1.154.470</b>	<b>7.833.795</b>
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	327.711	<b>501.075</b>
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	<b>(22.585)</b>
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	<b>(484.920)</b>
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	<b>28.237</b>
Transferências para ativo financeiro	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	<b>(52.349)</b>
Ajuste sistema compartilhado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	<b>(1.602.604)</b>
Transferências para imobilizado e entre intangível	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	<b>(86.605)</b>
Outros	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	<b>21.191</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.512.784</b>	<b>3.121.869</b>	<b>119.542</b>	<b>269.505</b>	<b>92.008</b>	<b>1.019.527</b>	<b>6.135.235</b>

<sup>(1)</sup> Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

Controladora							
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum <sup>(1)</sup>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.732.102</b>	<b>3.538.582</b>	<b>259.370</b>	<b>263.476</b>	<b>106.426</b>	<b>1.082.975</b>	<b>7.982.931</b>
Adições	48.502	60.048	19.860	19.094	18.703	229.560	<b>395.767</b>
Baixas	(97)	(136)	(320)	-	(577)	(13.262)	<b>(14.392)</b>
Amortização	(207.676)	(239.948)	(92.074)	(19.022)	(4.192)	-	<b>(562.912)</b>
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	4.407	<b>4.407</b>
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	25.422	<b>25.422</b>
Transferências para ativo financeiro	(783)	(15.323)	363	56	(2.520)	-	<b>(18.207)</b>
Transferências para imobilizado e entre intangível	123.083	55.331	7.152	927	(4.928)	(187.857)	<b>(6.292)</b>
Outros <sup>(2)</sup>	2.092	11.466	1	198	89	-	<b>13.846</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.697.223</b>	<b>3.410.020</b>	<b>194.352</b>	<b>264.729</b>	<b>113.001</b>	<b>1.141.245</b>	<b>7.820.570</b>

<sup>(1)</sup> Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

<sup>(2)</sup> Outros refere-se a ajustes de amortização de alterações ou renovações de concessões de exercícios anteriores.

Consolidado							
	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum <sup>(1)</sup>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.732.102</b>	<b>3.538.582</b>	<b>259.370</b>	<b>263.476</b>	<b>106.426</b>	<b>1.082.975</b>	<b>7.982.931</b>
Adições	48.502	60.048	19.860	19.094	18.703	242.785	<b>408.992</b>
Baixas	(97)	(136)	(320)	-	(577)	(13.262)	<b>(14.392)</b>
Amortização	(207.676)	(239.948)	(92.074)	(19.022)	(4.192)	-	<b>(562.912)</b>
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	4.407	<b>4.407</b>
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	25.422	<b>25.422</b>
Transferências para ativo financeiro	(783)	(15.323)	363	56	(2.520)	-	<b>(18.207)</b>
Transferências para imobilizado e entre intangível	123.083	55.331	7.152	927	(4.928)	(187.857)	<b>(6.292)</b>
Outros	2.092	11.466	1	198	89	-	<b>13.846</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.697.223</b>	<b>3.410.020</b>	<b>194.352</b>	<b>264.729</b>	<b>113.001</b>	<b>1.154.470</b>	<b>7.833.795</b>

<sup>(1)</sup> Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$484.920, sendo R\$476.794 como custo dos serviços prestados, R\$234 como despesas com vendas e R\$7.892 como despesas administrativas (R\$556.353, R\$197 e R\$6.362, respectivamente, no exercício de 2016).

A taxa média de amortização apurada na Controladora foi de 6,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, as adições ao intangível, no montante de R\$476.470 referem-se, principalmente, a obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Vieira (Montes Claros) e dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Pedro Leopoldo, Coronel Fabriciano, Teófilo Otoni e Três Corações.

**(c) Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso**

A COPASA e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A. (atual BRK Ambiental - Manso S.A.), Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para Sociedade de Propósito Específico - SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016. O valor amortizado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$102.355 (R\$111.507 no exercício de 2016) e as despesas decorrentes do contrato foram contabilizadas da seguinte forma: R\$59.691 (R\$42.772 em 2016) como despesas de manutenção de sistemas (OPEX) e R\$29.050 (R\$24.507 em 2016) como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual.

Para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente no mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes.

## 10. Imobilizado

Controladora / Consolidado							
	31/12/2017				31/12/2016		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
<b>Em operação</b>							
Máquinas e equipamentos	11,6%	521.531	(441.093)	<b>80.438</b>	265.382	(224.133)	<b>41.249</b>
Veículos	20,0%	102.014	(98.419)	<b>3.595</b>	114.620	(102.536)	<b>12.084</b>
Outros	10,5%	31.383	(208)	<b>31.175</b>	191	(184)	<b>7</b>
		654.928	(539.720)	<b>115.208</b>	380.193	(326.853)	<b>53.340</b>
Terrenos e edificações	4,9%	3.283.945	(1.629.612)	<b>1.654.333</b>	173.477	(88.895)	<b>84.582</b>
<b>Total em operação</b>		<b>3.938.873</b>	<b>(2.169.332)</b>	<b>1.769.541</b>	<b>553.670</b>	<b>(415.748)</b>	<b>137.922</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>3.938.873</b>	<b>(2.169.332)</b>	<b>1.769.541</b>	<b>553.670</b>	<b>(415.748)</b>	<b>137.922</b>

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

<b>Controladora / Consolidado</b>					
	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Terrenos e edificações</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>41.249</b>	<b>12.084</b>	<b>7</b>	<b>84.582</b>	<b>137.922</b>
Adições	2.946	-	-	2.164	<b>5.110</b>
Baixas	(217)	(712)	-	-	<b>(929)</b>
Depreciação	(21.921)	(7.839)	(2)	(49.314)	<b>(79.076)</b>
Transferências do intangível	14.919	31	(25)	71.680	<b>86.605</b>
Recomposição do Ativo Financeiro sistema compartilhado	-	-	3.916	13.432	<b>17.348</b>
Ajuste sistema compartilhado	43.540	-	27.245	1.531.819	<b>1.602.604</b>
Transferência para Ativo Financeiro	-	28	10	57	<b>95</b>
Outros	(78)	3	24	(87)	<b>(138)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>80.438</b>	<b>3.595</b>	<b>31.175</b>	<b>1.654.333</b>	<b>1.769.541</b>

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$79.076, sendo R\$66.402 como custo dos serviços prestados, R\$4.879 como despesas com vendas e R\$7.795 como despesas administrativas (R\$20.999, R\$4.812, ajustado e R\$8.059, respectivamente, no exercício de 2016).

Em 30 de junho de 2017, após Parecer Final do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e visando atender o disposto na Resolução Normativa 72/2015 da ARSAE, procedeu-se à transferência dos ativos dos sistemas compartilhados de abastecimento de água e tratamento de esgoto, do grupo intangível para o grupo imobilizado, no valor de R\$1,6 bilhão, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia e assim deixando de compor o ativo intangível.

Também foi revertido o ativo financeiro, referente aos valores de indenização por parte dos entes concedentes no término ou no caso de não renovação da concessão, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 e 39, uma vez que para os sistemas compartilhados não existe um direito de receber caixa ou outro ativo financeiro. Os ajustes decorrentes desta reclassificação resultaram no reconhecimento de uma receita de capitalização de ativo financeiro no valor de R\$17,3 milhões, conforme Nota 30, visando recompor o valor do ativo financeiro transferido para o ativo imobilizado, a fim de refletir o valor residual dos investimentos, de acordo com a vida útil econômica desses ativos.

## 11. Outras Obrigações

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	67.632	57.771	68.363	58.321
Parcelamento de impostos (ii)	153.174	204.024	153.174	204.024
Depósito para obras (iii)	77.917	79.766	77.917	79.766
PDVI (iv)	16	126	16	126
Obrigações diversas	32.537	16.423	32.562	16.626
<b>Total</b>	<b>331.276</b>	<b>358.110</b>	<b>332.032</b>	<b>358.863</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(165.368)</b>	<b>(220.403)</b>	<b>(165.368)</b>	<b>(220.403)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>165.908</b>	<b>137.707</b>	<b>166.664</b>	<b>138.460</b>

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

- (i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
INSS	22.988	21.085	23.409	21.364
COFINS	20.304	17.557	20.416	17.672
PIS	4.389	3.779	4.413	3.804
IR e CSLL	11.276	7.442	11.313	7.473
FGTS	4.442	4.010	4.528	4.082
Outros	4.233	3.898	4.284	3.926
<b>Passivo circulante</b>	<b>67.632</b>	<b>57.771</b>	<b>68.363</b>	<b>58.321</b>

- (ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.
- (iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES. Os valores divulgados na rubrica “Aplicação financeira vinculada” desta Nota e os valores divulgados na rubrica “Depósito para Obras” da Nota 11 apresentam pequenas diferenças ao final do exercício. Em 31 de dezembro 2017 a divergência ocorreu devido a um resgate indevido, efetuado pela CEF em 26 de dezembro de 2017, o qual foi regularizado em janeiro de 2018.

## 12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				
Caixa Econômica Federal	26.799	21.388	26.799	21.388
BNDES - BNE	72.402	71.585	72.402	71.585
Finame	19.649	20.073	19.649	20.073
IBM	1.810	367	1.810	367
Banco do Brasil	-	-	-	490
Bank of New York	846	795	846	795
KfW	44.250	32.233	44.250	32.233
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>165.756</b>	<b>146.441</b>	<b>165.756</b>	<b>146.931</b>
Debêntures simples	432.536	365.469	432.536	365.469
<b>Debêntures</b>	<b>432.536</b>	<b>365.469</b>	<b>432.536</b>	<b>365.469</b>
<b>Total circulante</b>	<b>598.292</b>	<b>511.910</b>	<b>598.292</b>	<b>512.400</b>
<b>Não circulante</b>				
Caixa Econômica Federal	588.819	515.792	588.819	515.792
BNDES - BNE	309.118	376.202	309.118	376.202
Finame	66.471	85.975	66.471	85.975
IBM	2.908	748	2.908	748
Bank of New York	82.922	81.696	82.922	81.696
KfW	191.264	192.579	191.264	192.579
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>1.241.502</b>	<b>1.252.992</b>	<b>1.241.502</b>	<b>1.252.992</b>
Debêntures simples	1.296.305	1.665.533	1.296.305	1.665.533
<b>Debêntures</b>	<b>1.296.305</b>	<b>1.665.533</b>	<b>1.296.305</b>	<b>1.665.533</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.537.807</b>	<b>2.918.525</b>	<b>2.537.807</b>	<b>2.918.525</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>3.136.099</b>	<b>3.430.435</b>	<b>3.136.099</b>	<b>3.430.925</b>

**(a) Empréstimos e financiamentos**

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R\$319.282 (R\$307.303 em dezembro de 2016), sendo R\$83.768 em dólares e R\$235.514 em euros (R\$82.491 em dólares e R\$224.812 em euros em dezembro de 2016, respectivamente).

Os empréstimos e financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.136.099 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.430.435 em 31 de dezembro de 2016), têm vencimento até 2039 e cupons médios de 7,6% a.a. para a controladora e o consolidado (9,5% a.a. em dezembro de 2016 para a controladora e o consolidado). Considerando o saldo devedor com a Libertas, no valor de R\$72.599 (R\$91.593 em 31 de dezembro de 2016) o cupom médio é de 7,5% ao ano (9,4% em dezembro de 2016).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	-	-	-
2019	161.351	145.245	161.351	145.245
2020	154.949	143.880	154.949	143.880
2021	150.198	137.699	150.198	137.699
2022	148.476	133.798	148.476	133.798
2023	87.367	132.180	87.367	132.180
2024	131.513	100.612	131.513	100.612
2025 até 2039	407.648	459.578	407.648	459.578
<b>Total</b>	<b>1.241.502</b>	<b>1.252.992</b>	<b>1.241.502</b>	<b>1.252.992</b>

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo 01 de janeiro</b>	<b>1.399.433</b>	<b>1.526.872</b>	<b>1.399.923</b>	<b>1.528.517</b>
Ingressos de empréstimos e financiamentos	118.594	111.553	118.594	111.553
Encargos provisionados	88.591	88.186	88.600	88.315
Variação monetária e cambial	43.305	(55.652)	43.305	(55.652)
Amortização de encargos	(88.357)	(89.001)	(88.367)	(89.134)
Amortização de principal	(154.308)	(182.525)	(154.797)	(183.676)
<b>Saldo 31 de dezembro</b>	<b>1.407.258</b>	<b>1.399.433</b>	<b>1.407.258</b>	<b>1.399.923</b>



**(b) Debêntures**

Controladora / Consolidado					
Subscrições / séries	Data da subscrição	31/12/2017		31/12/2016	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.378	16.359	16.275	32.270
7ª	25/09/2008	2.730	2.726	2.712	5.378
8ª	06/12/2008	8.190	8.179	8.137	16.135
9ª a 11ª	30/03/2009	8.190	8.179	8.137	16.135
12ª a 14ª	27/11/2009	2.730	2.726	2.713	5.378
15ª a 17ª	26/05/2010	8.190	8.179	8.137	16.135
18ª	02/07/2010	2.730	2.726	2.713	5.379
Total 3ª emissão		49.138	49.074	48.824	96.810
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	25.713	91.097	45.435	188.722
2ª	24/11/2011	42.842	157.685	25.533	115.203
3ª	27/12/2012	34.044	120.613	33.768	152.528
Total 4ª emissão		102.599	369.395	104.736	456.453
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	19.017	222.552	19.545	240.005
Total 5ª emissão		19.017	222.552	19.545	240.005
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	-	-	28.992	-
2ª	23/02/2012	53.237	46.849	53.712	92.702
Total 6ª emissão		53.237	46.849	82.704	92.702
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	2.037	130.000	3.649	130.000
2ª	24/04/2014	36.190	90.549	36.884	117.253
Total 7ª emissão		38.227	220.549	40.533	247.253
Subscrição 8ª emissão					
1ª	21/12/2015	8.995	64.623	5.998	60.872
2ª	15/12/2015	4.033	29.274	2.713	27.344
Total 8ª emissão		13.028	93.897	8.711	88.216
Subscrição 9ª emissão					
1ª	28/08/2015	113.633	193.667	33.694	304.333
2ª	28/08/2015	209	20.342	203	19.761
Total 9ª emissão		113.842	214.009	33.897	324.094
Subscrição 10ª emissão					
Única	15/09/2016	43.448	79.980	26.519	120.000
Total 10ª emissão		43.448	79.980	26.519	120.000
Total de debêntures		432.536	1.296.305	365.469	1.665.533

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	-
2019	535.063	396.836
2020	288.689	529.251
2021	163.249	284.268
2022	100.627	158.796
2023	27.596	97.499
2024	27.596	25.867
2025 até 2039	153.485	173.016
<b>Total</b>	<b>1.296.305</b>	<b>1.665.533</b>

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>2.031.002</b>	<b>2.063.042</b>
Ingressos de debêntures	17.266	181.246
Encargos provisionados	170.569	215.134
Variação monetária	19.023	47.676
Amortização de encargos	(184.270)	(213.671)
Amortização de principal	(324.749)	(262.425)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.728.841</b>	<b>2.031.002</b>

**(c) Valor justo**

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.3(b).

**(d) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, devidamente auditados e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos.

**(i) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - Covenants de contratos com o BNDES:**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>	<u>Faixa</u>
EBITDA / despesas financeiras ajustadas	Igual ou superior a 3,8	Igual ou superior a 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8
Outras dívidas onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3

Em 25 de fevereiro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES autorizou a suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da hipótese de descumprimento dos índices pactuados e de suas respectivas penalidades contratuais, estabelecendo ainda que, durante o período da suspensão, será mantido o reforço de garantia efetuado em 2015, até que a COPASA cumpra os índices por no mínimo três trimestres consecutivos ou não, dentro de um prazo de 12 meses.

Na análise de cada período do prazo de observação do contrato, temos o seguinte:

- Não houve descumprimento dos índices pactuados em nenhum dos trimestres de 2017.

**(ii) Apuração semestral (junho e dezembro) com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos FGTS sindicalizados:**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Mínimo de 1,5
Ligação de água e esgoto / nº empregados	Maior que 350

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

**(iii) Apuração anual com dados acumulados do exercício social**

**iii-a) *Covenants* da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / receita operacional líquida ajustada	Igual ou superior a 36%

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

**iii-b) *Covenants* do contrato com o KfW:**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

**iii-c) *Covenants* das 6ª e 7ª emissões de debêntures (públicas):**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

**iii-d) *Covenants* da 9ª e 10ª emissão de debêntures (públicas):**

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Em 31 de dezembro de 2017 não houve descumprimento dos índices pactuados.

## 13. Provisão para Contingências

### (a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

<b>Controladora</b>						
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	58.743	(9.611)	<b>49.132</b>	61.515	(1.448)	<b>60.067</b>
Trabalhistas	52.664	(6.708)	<b>45.956</b>	56.930	(1.633)	<b>55.297</b>
Tributárias	778	(258)	<b>520</b>	26.120	-	<b>26.120</b>
Ambientais	38.697	-	<b>38.697</b>	43.855	-	<b>43.855</b>
<b>Total</b>	<b>150.882</b>	<b>(16.577)</b>	<b>134.305</b>	<b>188.420</b>	<b>(3.081)</b>	<b>185.339</b>

  

<b>Consolidado</b>						
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	58.996	(9.611)	<b>49.385</b>	62.016	(1.448)	<b>60.568</b>
Trabalhistas	52.771	(7.496)	<b>45.275</b>	56.996	(1.987)	<b>55.009</b>
Tributárias	778	(258)	<b>520</b>	26.120	-	<b>26.120</b>
Ambientais	38.697	-	<b>38.697</b>	43.855	-	<b>43.855</b>
<b>Total</b>	<b>151.242</b>	<b>(17.365)</b>	<b>133.877</b>	<b>188.987</b>	<b>(3.435)</b>	<b>185.552</b>

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016, antes da compensação de depósitos judiciais</b>	<b>188.420</b>	<b>188.987</b>
Adições	108.676	108.834
Reversões e pagamentos	(146.214)	(146.579)
Compensação de depósitos judiciais	(16.577)	(17.365)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>134.305</b>	<b>133.877</b>

As adições e reversões referem-se a reclassificações de risco em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências instituído em agosto de 2015, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, baseadas em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário.

As adições referem-se à reclassificação de risco de 312 processos e à atualização monetária do saldo provisionado, com destaque para:

1. Ação ajuizada pelo Município de Alfenas com a execução de multa, em face de descumprimento do prazo estabelecido na Lei Autorizativa e no Contrato de Concessão relativo às obras de esgotamento sanitário no Município (R\$25,9 milhões).
2. Ação ajuizada pela Mineração Fazenda do Borges, em Pedro Leopoldo, com execução de multa diária por descumprimento da decisão, referente a recuperação ambiental por poluição de esgoto em sua fazenda particular (R\$12,6 milhões).

3. Ação ajuizada pelo Município de Lagoa Santa, em função de descumprimento de Liminar para fornecimento de água tratada para o Município (R\$5,8 milhões).
4. Ação ajuizada pelo Município de Santa Rita do Sapucaí com execução de multa diária por descumprimento do acordo judicial, cujo objeto é a execução de obras de esgotamento sanitário no município (R\$1,6 milhão).
5. Ação movida pelo município de Pouso Alegre referente ao descumprimento de Termo de Ajustamento de Condutas – TAC objetivando a completa implantação do SES (R\$1,2 milhão).
6. Ação movida pelo Município de Santo Antônio do Monte referente ao cumprimento de contrato de concessão para ampliação do sistema de captação de abastecimento de água (R\$0,6 milhão).
7. Ação cível coletiva com base em inquérito instaurado pelo MP alegando cobrança indevida de tarifa mínima de água e de esgoto no município de Montes Claros, com processo de acordo em formalização com o Ministério Público (R\$18 milhões).

As reversões são decorrentes de reclassificações de risco e de baixas de processos pagos, com destaque para:

1. Reclassificação de risco de “provável” para “possível”, referente a ação de reintegração da posse do imóvel no município de Nova Lima e, subsidiariamente, indenização do seu valor de mercado e ação de execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional perante a Justiça Federal, contra a COPASA MG, em 2015, visando ao recebimento de saldo negativo de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ do exercício de 2004, cujo pedido de compensação com o IRPJ devido em janeiro, fevereiro e março de 2005, não foi homologado pela Fazenda Nacional (R\$12,7 milhões).
2. Reclassificação de risco de “provável” para “possível”, dos processos referente a Engemor Construções e Planova Planejamento por se tratarem de processos nos quais ainda não há perícia técnica ou decisão judicial (R\$1,5 milhão).
3. Reclassificação de risco de “provável” para “possível”, referente a ação ajuizada pelo Município de Bicas, por se tratar de ação que tem por objeto uma “Obrigação de Fazer” (R\$1,6 milhão).
4. Baixa de processo pago de ação ajuizada pela COPASA, com questionamento da validade da autuação pela Secretaria da Receita Federal referente à base cálculo de PIS/PASEP, encerrada com decisão desfavorável (R\$14,7 milhões).
5. Baixa da ação ajuizada pela Mineração Fazenda dos Borges, citada nos destaques das adições, que foi encerrada em março/2017 com parecer desfavorável à COPASA, mediante acordo nos autos (R\$12,6 milhões).
6. Baixa da ação anulatória ajuizada pelo município de Teófilo Otoni, aduzindo que a cobrança da tarifa de esgoto seria irregular, em razão da extinção da ação por ausência de legitimidade ou de interesse processual (R\$17,2 milhões).
7. Baixa da ação ajuizada pelo Município de Alfenas com a execução de multa, em face de descumprimento do prazo estabelecido na Lei Autorizativa e no Contrato de Concessão relativo às obras de esgotamento sanitário no Município, em razão do trânsito em julgado da execução, ou seja, a ação chegou ao seu final com decisão desfavorável à COPASA MG (R\$23,6 milhões).
8. Baixa Ação cível coletiva com base em inquérito instaurado pelo MP alegando cobrança indevida de tarifa mínima de água e de esgoto no município de Montes Claros, com formalização de acordo com o Ministério Público (R\$18 milhões).

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os acima de R\$5 milhões estão listados nos incisos a seguir:

**(i) Provisões cíveis**

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo que a COPASA MG foi condenada a pagar referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se com recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça. O valor provisionado em 2017 é de R\$5.827 (R\$5.810, ajustado, referente a 2016).

**(ii) Provisões trabalhistas**

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Em 24/02/2017, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 foi atualizado para R\$28.487 (R\$26.791 em dezembro de 2016).

A Companhia é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção e autuação feita pela Delegacia Regional do Trabalho, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. O processo 0000200-79.2007.5.03.0025, de maior valor, aguarda decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST (AIRR 240-61.2007.5.03.0025 e AIRR 241-46.2007.5.03.0025 – 7ª Turma; autos de infração 013153994, 013201310, 013201298, 013201301, 013153986 e 013153978 – MTE SRTE/MG) - o valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.527 (R\$5.226 em dezembro de 2016. O montante de 2016 foi ajustado uma vez que continha valores referentes a autos de infração pertencentes a outro processo trabalhista).

**(iii) Provisões Ambientais**

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, através de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, sendo que um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água.

Para mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei, a Companhia possui no exercício de 2017, provisão judicial no valor de R\$43.855. Periodicamente a Companhia fará a revisão dos valores provisionados tendo em vista o pressuposto da obrigação de fazer, em decorrência do cumprimento da lei.

**(b) Contingências possíveis**

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Cível (i)	236.204	189.253
Trabalhista	24.173	35.945
Tributária	13.147	26.269
Ambiental	-	-
<b>Total</b>	<b>273.524</b>	<b>251.467</b>

**(i) Cível**

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

**Ações individuais**

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

**Ações coletivas**

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade, Ubá e Montes Claros. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

## 14. Participação nos Lucros e Resultados

O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Empresa tem como base o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados, desde 2008.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou R\$35.236, referente à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (R\$27.173, ajustado, referente a 2016).

## 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

### (a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	758.700	600.032	758.700	600.499
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa esperada à taxa nominal</b>	<b>(257.958)</b>	<b>(204.011)</b>	<b>(257.958)</b>	<b>(204.170)</b>
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(2.518)	(1.587)	-	-
Realização de correção monetária especial	(27)	(26)	(27)	(26)
Doações e subvenções	2.705	1.650	2.705	1.650
Outras (adições) /exclusões	(2.711)	(8.378)	(5.229)	(10.273)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	52.443	40.757	52.443	40.757
Incentivos fiscais	9.804	5.724	9.804	5.724
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(198.262)</b>	<b>(165.871)</b>	<b>(198.262)</b>	<b>(166.338)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(188.598)	(155.793)	(188.598)	(156.260)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.664)	(10.078)	(9.664)	(10.078)
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(198.262)</b>	<b>(165.871)</b>	<b>(198.262)</b>	<b>(166.338)</b>

### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.



Os valores de compensação são os seguintes:

<b>Controladora / Consolidado</b>				
	<b>31/12/2016</b>	<b>Resultado abrangente</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>No ativo</b>				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	72.530	-	(14.472)	58.058
Provisão para obrigações atuariais (*)	12.809	(4.903)	1.529	9.435
Provisão para ajustes de CPC's	148.836	-	12.173	161.010
Provisão para contingências tributárias	21.950	-	(6.931)	15.018
Outras provisões temporárias diversas	2.663	-	9.626	12.290
<b>Total do ativo</b>	<b>258.788</b>	<b>(4.903)</b>	<b>1.925</b>	<b>255.811</b>
<b>No passivo</b>				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	5.836	-	(68)	5.768
Provisão para ajustes de CPC's	97.733	4.587	11.657	113.978
Provisão para obrigações atuariais (*)	-	-	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>103.569</b>	<b>4.587</b>	<b>11.589</b>	<b>119.746</b>
<b>Total líquido</b>	<b>155.219</b>	<b>(9.490)</b>	<b>(9.664)</b>	<b>136.065</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo negativo desta rubrica, no passivo, foi transferido para o ativo, a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

No dia 22 de fevereiro de 2018, o Conselho Fiscal opinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2017, conforme estimativa a seguir:

<b>Expectativa de realização do ativo diferido</b>	<b>Controladora / Consolidado</b>
Em 2018	22.755
Em 2019	33.852
Em 2020	11.308
Em 2021	10.153
Em 2022	10.153
Em 2023	10.153
Em 2024	10.014
Em 2025	3.353
Em 2026	3.353
Em 2027	3.353
Após 2027	132.436
<b>Total</b>	<b>250.883</b>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

## 16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênios assinados pela Companhia com: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU, atual Secretaria de Cidades e de Integração Regional- SECIR; Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - SEDINOR/Ministério das Cidades/Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O objetivo destes convênios é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas, Centro Oeste, Sul e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

Os valores desembolsados a título de contrapartida serão registrados no Ativo Intangível, dentro da classe de Direito de Exploração de Concessão, com aderência ao que define o ICP 01 que estabelece que os investimentos realizados pelo concessionário em construções ou melhorias das infraestruturas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constituem um direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços (via tarifa).

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em instituição financeira oficial, nas modalidades legalmente admitidas. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item “bancos e aplicações de convênios”. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o montante de R\$23.153 na Controladora (R\$37.214 em 31 de dezembro de 2016) e R\$23.284 no Consolidado (R\$37.175 em 31 de dezembro de 2016) registrados como bancos e aplicações de convênios.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
<b>31 de dezembro de 2017</b>			
Estado	62.866	(44.462)	<b>18.404</b>
Outros	280.315	(218.726)	<b>61.589</b>
<b>Total</b>	<b>343.181</b>	<b>(263.188)</b>	<b>79.993</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>			
Estado	59.228	(43.778)	<b>15.450</b>
Outros	216.749	(197.737)	<b>19.012</b>
<b>Total</b>	<b>275.977</b>	<b>(241.515)</b>	<b>34.462</b>
	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
<b>31 de dezembro de 2017</b>			
Estado	633.858	(604.058)	<b>29.800</b>
Outros	280.315	(218.726)	<b>61.589</b>
<b>Total</b>	<b>914.173</b>	<b>(822.784)</b>	<b>91.389</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>			
Estado	632.035	(610.875)	<b>21.160</b>
Outros	216.749	(197.737)	<b>19.012</b>
<b>Total</b>	<b>848.784</b>	<b>(808.612)</b>	<b>40.172</b>

## 17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

<b>Controladora / Consolidado</b>		
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Obrigações de longo prazo	80.083	110.300
Obrigações de curto prazo	21.986	20.685
	<b>102.069</b>	<b>130.985</b>
Contribuições normais	14.102	12.441
<b>Total das obrigações registradas no balanço patrimonial <sup>(1)</sup></b>	<b>116.171</b>	<b>143.426</b>
(1) Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro 2017 é de R\$72,6 milhões (R\$91,6 milhões em 2016).		
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 - BD	1.797	443
Plano COPASA Saldado	11.096	2.228
Novo Plano COPASA - CD	(1.240)	(1.106)
	<b>11.653</b>	<b>1.565</b>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	9.517	(33.646)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	9.565	19.082

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano Benefício Definido (BD) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano Benefício Definido (BD) saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de Contribuição Definida (CD) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2017 o plano BD (RP1) possui 92 participantes ativos, 12 remidos e 194 assistidos; o saldado 1.101 participantes ativos, 9 remidos e 2.077 assistidos; e o CD (Novo Plano) 9.953 participantes ativos e 1.059 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano RP1 de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano COPASA Saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas com base nas normas legais vigentes.

#### a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(1.111.006)	(1.043.260)
Valor justo dos ativos do plano	1.043.048	939.225
Efeito do teto do ativo	(28.686)	(21.362)
Restrição do déficit contratado	(5.425)	(5.588)
<b>Passivo líquido do plano</b>	<b>(102.069)</b>	<b>(130.985)</b>
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>1.043.260</b>	<b>811.767</b>
Custo do serviço corrente	(79)	(869)
Custo financeiro	113.783	101.563
Contribuições dos participantes do plano	1.151	2.315
Remensurações Atuariais	19.063	196.835
Benefícios pagos pelo plano	(66.172)	(68.351)
<b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b>	<b>1.111.006</b>	<b>1.043.260</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>939.225</b>	<b>788.132</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	142.694	190.814
Contribuições do empregador	26.150	26.315
Contribuições dos empregados	1.151	2.315
Benefícios pagos	(66.172)	(68.351)
<b>Valor justo em 31 de dezembro</b>	<b>1.043.048</b>	<b>939.225</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(79)	(869)
Custo financeiro	113.783	101.563
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(104.708)	(100.255)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.657	1.126
	<b>11.653</b>	<b>1.565</b>

**b) Valores segregados por plano de benefício**

**1) Plano de benefícios RP1 – BD**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Valor presente das obrigações financiadas	(54.756)	(49.814)
Valor justo dos ativos do plano	42.219	32.662
Restrição do déficit contratado	(5.425)	(5.588)
<b>Passivo líquido do plano</b>	<b>(17.962)</b>	<b>(22.740)</b>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>49.814</b>	<b>36.146</b>
Custo do serviço corrente	229	237
Custo financeiro	5.408	4.447
Contribuições dos participantes do plano	324	321
Remensurações atuariais	2.246	12.290
Benefícios pagos pelo plano	(3.265)	(3.627)
<b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b>	<b>54.756</b>	<b>49.814</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>32.662</b>	<b>31.501</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	6.823	(1.224)
Contribuições do empregador	5.675	5.691
Contribuições dos empregados	324	321
Benefícios pagos	(3.265)	(3.627)
<b>Valor justo em 31 de dezembro</b>	<b>42.219</b>	<b>32.662</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.919.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Custo dos serviços correntes	229	237
Custo financeiro	5.408	4.447
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(3.840)	(4.241)
	<b>1.797</b>	<b>443</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$1.797 (R\$443 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R\$6.823 (negativo de R\$1.224 em dezembro de 2016).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Taxa anual de desconto	9,92% a.a.	11,30% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,92% a.a.	11,30% a.a.
Aumento anual de salário	5,66% a.a.	6,54% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Taxa de inflação	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb-2015 (M&F)	BR-EMSsb-2015
Tábua de invalidez	Light Forte	Light Forte
Tábua de morbidez	EXP LIBERTAS AXD 2016	GAMA - Experiência Libertas 2014
Mortalidade de inválidos	MI-85 F	AT - 49 agravada em 100%
Rotatividade	0,00% a.a.	1,026% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

### Categorias dos ativos do plano RP1 - BD

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	12,40%	15,74%
Títulos Públicos	6,64%	-
Renda Fixa	79,51%	78,73%
Ações	0,86%	0,99%
Empresas Emergentes	0,05%	0,02%
Participações	-	0,61%
Investimentos imobiliários	0,40%	0,42%
Empréstimos e financiamentos	0,14%	0,01%
Outros - Depósitos Judiciais	-	3,48%
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	<b>Tábua biométrica</b>		<b>Taxa de juros</b>		<b>Posição em</b>
	<b>+ 1 idade</b>	<b>- 1 idade</b>	<b>+ 0,25%</b>	<b>-0,25%</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Montante do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	54.143	55.352	53.229	56.358	54.755
Valor justo dos ativos do plano	42.219	42.219	42.219	42.219	42.219
<b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>	<b>(11.924)</b>	<b>(13.133)</b>	<b>(11.010)</b>	<b>(14.139)</b>	<b>(12.536)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,12%	-1,09%	-2,79%	2,93%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-4,89%	4,76%	-12,17%	12,79%	

## 2) Plano COPASA Saldado

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(1.050.376)	(986.886)
Valor justo dos ativos do plano	966.269	878.641
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	-
<b>Passivo líquido do plano</b>	<b>(84.107)</b>	<b>(108.245)</b>

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>986.886</b>	<b>763.701</b>
Custo financeiro	107.602	95.563
Remensurações atuariais	18.189	192.089
Benefícios pagos pelo plano	(62.301)	(64.467)
<b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b>	<b>1.050.376</b>	<b>986.886</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>878.641</b>	<b>737.354</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	130.260	186.801
Contribuições do empregador	19.669	18.953
Benefícios pagos	(62.301)	(64.467)
<b>Valor justo em 31 de dezembro</b>	<b>966.269</b>	<b>878.641</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$20.515.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo financeiro	107.602	95.563
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(96.506)	(93.335)
<b>Provisão para plano de benefícios</b>	<b>11.096</b>	<b>2.228</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$11.096 (R\$2.228 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R\$130.260 (R\$186.801 em dezembro de 2016).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de desconto	9,86% a.a.	11,29% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,86% a.a.	11,29% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Taxa de inflação	4,30% a.a.	5,28% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 B (S10%) (M&F)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT - 49 (suavizada em 10%)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Light fraca D30%
Tábua de morbidez	N/A	N/A

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

### Categorias dos ativos do plano saldado

	31/12/2017	31/12/2016
Disponível	-	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	6,43%	7,90%
Títulos Públicos	17,35%	12,21%
Renda Fixa	61,41%	63,76%
Ações	4,87%	5,07%
Multimercados	-	0,21%
Empresas emergentes	1,89%	0,99%
Fundos de participações	1,57%	3,22% (*)
Investimentos imobiliários	5,82%	6,01% (*)
Empréstimos e financiamentos	0,66%	0,62% (*)
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Ajuste dos percentuais publicados em 31 de dezembro de 2016 entre as categorias Fundos de participações, Investimentos imobiliários, e Empréstimos e financiamentos, tendo em vista inversão de valores.

### Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	
<b>Montante do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.032.749	1.067.553	1.023.916	1.078.043	1.050.376
Valor justo dos ativos do plano	966.758	966.758	966.758	966.758	966.758
<b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>	<b>(65.991)</b>	<b>(100.795)</b>	<b>(57.158)</b>	<b>(111.285)</b>	<b>(83.618)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,68%	1,64%	-2,52%	2,63%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-21,08%	20,54%	-31,64%	33,09%	

### 3) Novo plano COPASA – CD

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações financiadas	(5.874)	(6.560)
Valor justo dos ativos do plano	34.560	27.922
Efeito do teto do ativo	(28.686)	(21.362)
<b>Ativo / passivo líquido do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>6.560</b>	<b>11.920</b>
Custo do serviço corrente	(308)	(1.106)
Custo financeiro	773	1.553
Contribuições dos empregados	827	1.994
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.372)	(7.544)
Benefícios pagos pelo plano	(606)	(257)
<b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b>	<b>5.874</b>	<b>6.560</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$841.



A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>27.922</b>	<b>19.277</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	5.611	5.237
Contribuições do empregador	806	1.671
Contribuições dos empregados	827	1.994
Benefícios pagos	(606)	(257)
<b>Valor justo em 31 de dezembro</b>	<b>34.560</b>	<b>27.922</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços correntes	(308)	(1.106)
Custo financeiro	773	1.553
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(4.362)	(2.679)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.657	1.126
	<b>(1.240)</b>	<b>(1.106)</b>

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$308 (negativo de R\$1.106 em dezembro de 2016) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2017 foi de R\$5.611 (R\$5.237 em dezembro de 2016).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de desconto	9,38% a.a	11,54% a.a
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,38% a.a	11,54% a.a
Aumento anual de salário	4,30% a.a	5,28% a.a
Aumento anual de benefícios	4,30% a.a	5,28% a.a
Taxa de inflação	4,30% a.a	5,28% a.a
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015 (M&F)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light fraca D60%	Light fraca D60%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2017.

### Categorias dos ativos do novo plano

	31/12/2017	31/12/2016
Disponível	-	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	1,75%	1,57%
Renda fixa	80,63%	78,56%
Ações	4,61%	5,35% (*)
Empresas emergentes	1,57%	0,93% (*)
Fundos de participações	1,55%	3,15%
Investimentos imobiliários	5,56%	6,47%
Empréstimos e financiamentos	4,33%	3,73%
Multimercado	-	0,23% (*)
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Ajuste dos percentuais publicados em 31 de dezembro de 2016 entre as categorias Crédito de depósitos privados, Ações, Empresas emergentes, Derivativos e Multimercado, tendo em vista a inversão de valores.

## Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montante do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	6.423	5.366	5.814	5.934	5.874
Valor justo dos ativos do plano	34.560	34.560	34.560	34.560	34.560
<b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>	<b>28.137</b>	<b>29.194</b>	<b>28.746</b>	<b>28.626</b>	<b>28.686</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	9,36%	-8,64%	-1,01%	1,04%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-1,92%	1,77%	0,21%	-0,21%	

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

## 18. Patrimônio Líquido e Dividendos

### (a) Capital Social

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que seu capital é formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.402.385, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 51,2% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 48,5% das ações e o restante, correspondente a 0,3%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$4,0 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração. Eventuais propostas de aumento de capital acima desse limite ou por meio de integralização em bens são de competência de Assembleia Geral. Nesses casos, esses órgãos definirão também as condições das emissões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

**(b) Reservas de lucros**

**(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

**(ii) Reserva de incentivos fiscais**

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2017, foi registrado no resultado, referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES, o valor de R\$7.956 (R\$4.854 em 2016).

**(iii) Retenção de lucros**

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$371.024 (R\$291.221 em 2016) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Plano Plurianual de Negócios”.

**(c) Ajustes de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i)** Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa conta totaliza R\$9.565 (R\$19.082 devedor em dezembro de 2016).
- (ii)** Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Destes valores foram deduzidos o IRPJ e CSLL. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa rubrica totaliza R\$10.566 (R\$11.373 em dezembro de 2016). Os valores referentes a 2016 foram ajustados visando refletir o valor líquido da rubrica.
- (iii)** Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor desta conta totaliza R\$33.830 (R\$24.925 em dezembro de 2016).

**(d) Remuneração aos acionistas**

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui Política de Dividendos, aprovada na AGE realizada em 13 de setembro de 2016, que também prevê, dentre outras questões:

- O Conselho de Administração definirá, até o encerramento do primeiro trimestre de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído naquele exercício, observado o mínimo legal obrigatório e o limite máximo de 50%;
- A declaração de dividendos/JCP será realizada trimestralmente; e

- O pagamento dos dividendos/JCP será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração.

Para 2017, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de março de 2017, deliberou por fixar em 25% o percentual do Lucro Líquido, a ser distribuído sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP);

Até 31 de dezembro de 2017 foram declarados JCP no valor de R\$154.243.

Em 17 de novembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, por unanimidade de votos, conforme alínea “ee” do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de Dividendos Extraordinários, no montante de R\$120 milhões, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	560.438	434.161
Reserva legal - (5%)	(28.022)	(21.708)
Reserva de incentivos fiscais	(7.956)	(4.854)
Lucro (Prejuízo) líquido	524.460	407.599
<b>Dividendo mínimo obrigatório - 25%</b>	<b>131.115</b>	<b>101.900</b>

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$52.443 (R\$40.757 em 2016). Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 154.243.

Conforme Resolução ARSAE-MG 100, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam: a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa.

A movimentação do saldo da conta de “juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício</b>	<b>65.406</b>	<b>7.590</b>
Juros sobre o capital próprio propostos	154.243	119.875
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(10.195)	(5.893)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(165.669)	(56.164)
Juros sobre o capital próprio prescrito	(20)	-
Outros	(17)	(2)
<b>Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante</b>	<b>43.748</b>	<b>65.406</b>

#### (e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	560.438	434.161
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio	(154.243)	(119.875)
Transferência para reserva legal	(28.022)	(21.708)
Transferência para retenção de lucros	(371.024)	(291.221)
Reserva de incentivo fiscal	(7.956)	(4.854)
Realização da correção monetária de ativos	807	3.497
<b>Em 31 de dezembro de</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(f) **Lucro por ação**

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

<b>Controladora / Consolidado</b>		
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	560.438	434.161
Quantidade média ponderada de ações ordinárias - milhares	126.751	122.069
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação</b>	<b>4,42</b>	<b>3,56</b>

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há valores mobiliários a serem convertidos em ações.

## 19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto, resíduos sólidos e venda de mercadorias.

(i) **Resultado**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2017</b>				
	<b>Serviços de água</b>	<b>Serviços de esgoto</b>	<b>Resíduos Sólidos</b>	<b>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</b>	<b>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</b>
Receita operacional bruta	2.873.182	1.560.290	399	302.663	4.736.534
Deduções da receita bruta	(266.874)	(143.259)	-	-	(410.133)
Receita operacional líquida	2.606.308	1.417.031	399	302.663	4.326.401
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.978.133)	(1.075.649)	(305)	(302.663)	(3.356.750)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	628.175	341.382	94	-	969.651
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(12.938)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>					<b>(198.013)</b>
Lucro operacional antes dos impostos					758.700
Amortização	156.915	232.272	-		389.187

Consolidado					
	2016				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Venda de mercadoria <sup>(1)</sup>	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.629.672	1.411.437	1.056	364.668	4.406.833
Deduções da receita bruta	(243.237)	(130.565)	(156)	-	(373.958)
Receita operacional líquida	2.386.435	1.280.872	900	364.668	4.032.875
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.832.895)	(983.910)	(2.518)	(364.668)	(3.183.991)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	553.540	296.962	(1.618 )	-	848.884
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(49.557)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>					<b>(198.828)</b>
Lucro operacional antes dos impostos					600.499
Amortização	207.676	239.948	37		447.661

<sup>(1)</sup> Mesmo com o acordo firmado com a CODEMIG, a COPASA Águas Minerais de Minas S/A – AGMM continuou até a sua liquidação, registrando vendas e sendo ressarcida das despesas.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) <sup>(1)</sup>	302.663	364.668
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) <sup>(1)</sup>	(302.663)	(364.668)
Margem de construção	-	-

<sup>(1)</sup> A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11), conforme letra (b) do item 3.19 da Nota 03.

## (ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Serviços de água	1.719.572	2.947.414
Serviços de esgoto	3.844.479	4.235.520
Outros intangíveis	571.184	650.861
Total do intangível	6.135.235	7.833.795

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

## 20. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

### 20.1 Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa, de curto prazo, da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

#### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

#### (b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

A COPASA possuía 90% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, do IPCA e do CDI, e 10% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2017.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

**(i) Sensibilidade às taxas de juros**

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

<b>Controladora / Consolidado</b>				
	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
Aumento/redução em pontos base	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(1.196)	1.196	(1.629)	1.629

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade à taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

**(c) Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. Para a operação com o Banco KfW, cujo saldo devedor era de €59,3 milhões (equivalente a R\$235,36 milhões), não há mecanismo de *hedge* contratado. A dívida com o *Bank of New York (BNY)*, cujo saldo devedor era de US\$25,1 milhões (equivalente a R\$82,9 milhões) no encerramento do exercício, está garantida por títulos da dívida externa brasileira, no montante de US\$21,4 milhões (equivalente a R\$70,9 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota 7).

**(i) Sensibilidade à taxa de câmbio**

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€), de  $\pm 10\%$  e  $\pm 20\%$ , em relação ao saldo devedor dos empréstimos, em suas respectivas moedas, nos resultados e no seu patrimônio. No caso da operação junto ao *Bank of New York (BNY)*, como a Companhia possui caução em dólares (US\$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

<b>Controladora</b>				
<b>Sensibilidade a variações taxa câmbio: 10%</b>	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
Variação na moeda US\$ / €	+10%	-10%	+10%	-10%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(24.738)	24.738	(23.789)	23.789

  

<b>Controladora</b>				
<b>Sensibilidade a variações taxa câmbio: 20%</b>	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
Variação na moeda US\$ / €	+20%	-20%	+20%	-20%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(49.475)	49.475	(47.577)	47.577



**(d) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

**(i) Contas a receber**

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

**(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi instituída em outubro de 2012, a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (agência de risco Moody's)				
AAA	14.841	21.238	14.841	21.249
AA	43.152	208.355	43.249	225.414
A	10.993	128.623	10.993	128.623
B (BAA, BA e BBB)	301.011	263.457	315.906	263.457
<b>Total</b>	<b>369.997</b>	<b>621.673</b>	<b>384.989</b>	<b>638.743</b>

**(e) Risco de liquidez**

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento <sup>(1)</sup>			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Amortização	564.946	1.140.053	562.550	835.204
Juros	33.352	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>598.292</b>	<b>1.140.053</b>	<b>562.550</b>	<b>835.204</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações<sup>(2)</sup></b>	<b>288.263</b>	<b>174.972</b>	<b>105.070</b>	<b>286.498</b>
Em 31 de dezembro de 2016				
Amortização	465.126	1.215.210	714.561	988.752
Juros	46.784	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>511.910</b>	<b>1.215.210</b>	<b>714.561</b>	<b>988.752</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações<sup>(2)</sup></b>	<b>254.926</b>	<b>185.459</b>	<b>142.456</b>	<b>333.331</b>

<sup>(1)</sup> A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

<sup>(2)</sup> Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes. Assim os valores de 2016 foram ajustados, permitindo a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos. Cabe ressaltar que tais contratos de financiamentos dispõem ainda de garantias de conta reserva (Nota 07).

Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2017				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	Sindicalizados (I) 2004	Vinculação da receita de 6,63% do saldo devedor no final de cada mês	R\$765	junho-22
	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.888	setembro-31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.005	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$11.179	agosto-22
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.064	junho-35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$413	março-36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.069	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.067	outubro-37

<b>Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2017</b>				
	<b>Instituição Financeira/Contrato</b>	<b>Garantia (receita vinculada)</b>	<b>Valor</b>	<b>Término do Contrato</b>
<b>Caixa Econômica Federal</b>	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$584	março-39
<b>BNDES</b>	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	R\$31.469	dezembro-19
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$44.809	junho-23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$10.912	maio-25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$49.824	agosto-22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$18.903	agosto-28
<b>Banco KfW</b>	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente à 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$24.202	dezembro-23
<b>BRK Ambiental</b>	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$12.333	dezembro-28
<b>Total de Receita Vinculada</b>			<b>R\$220.486</b>	

**(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas**

O risco de vencimento antecipado de dívidas decorre principalmente do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Tais obrigações estabelecem índices financeiros a serem atendidos, índices estes que refletem a sua geração de caixa e o seu grau de endividamento, por exemplo. Com objetivo de minimizar tal risco, a Companhia estabeleceu, estatutariamente, uma Política de Endividamento que expressa a obrigação de monitorar antecipadamente os índices financeiros (Nota 12).

**(g) Risco de não renovação das concessões**

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados negativamente.

Em março de 2015, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia não logrou êxito na renovação do contrato de concessão com o município de Pará de Minas, vencido desde 11 de outubro de 2009. Quanto à indenização dos ativos, considerando que o Município realizou licitação e homologou seu resultado sem levar em conta os ativos da COPASA ainda não amortizados, a empresa ajuizou contra o mesmo a competente ação, objetivando

buscar o ressarcimento respectivo, por meio do processo nº 6015762-20.2015.8.13.0024, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte/MG. Atualmente o processo está tramitando perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas, cadastrado sob o nº 0172404-43.2015.8.13.0471.

Em 2017, a Companhia não foi impactada de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas ao risco descrito acima. Ressalta-se que cerca de 75,6% das receitas oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são provenientes de concessões que têm prazo de vencimento após janeiro de 2034.

## 20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 4,0. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e o EBITDA é o resultado do lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações e do resultado das subsidiárias. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido e deve ser inferior a 1,0.

Em 2017, a estratégia da Companhia continuou em manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices medidos pela relação “Dívida Líquida/EBITDA” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Total dos empréstimos e debêntures <sup>(1)</sup>	3.136.099	3.522.028	3.136.099	3.694.772
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(405.573)	(621.673)	(420.565)	(581.854)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.730.526</b>	<b>2.900.355</b>	<b>2.715.534</b>	<b>3.112.918</b>
Total do patrimônio líquido	6.244.343	5.939.687	6.244.343	5.646.850
<b>EBITDA</b>	<b>1.520.709</b>	<b>1.396.108</b>	<b>1.520.709</b>	<b>1.032.785</b>
Índice de alavancagem financeira	1,8	2,1	1,8	3,0
Índice de capital de terceiros	0,4	0,5	0,4	0,6

<sup>(1)</sup> Inclui também o saldo devedor para com a Libertas (Nota 17).

## 20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

### (a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os instrumentos financeiros não estão no escopo do CPC 31/IFRS 5. Assim requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

<b>Controladora / Consolidado</b>		
	<b>Ativo</b>	
	<b>Nível (3)</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo Financeiro disponível para venda	73.058	59.564
<b>Saldo total</b>	<b>73.058</b>	<b>59.564</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### **(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos**

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Empréstimos bancários e financiamentos	1.407.258	1.358.400	1.407.258	1.358.400
Debêntures simples	1.728.841	1.750.554	1.728.841	1.750.554
<b>Total</b>	<b>3.136.099</b>	<b>3.108.954</b>	<b>3.136.099</b>	<b>3.108.954</b>

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Empréstimos bancários e financiamentos	1.399.433	1.335.837	1.399.923	1.337.700
Debêntures simples	2.031.002	1.985.107	2.031.002	1.985.107
<b>Total</b>	<b>3.430.435</b>	<b>3.320.944</b>	<b>3.430.925</b>	<b>3.322.807</b>

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Caixa/FGTS	7,71%	167	8,00%	Cotação da taxa da Caixa em dez/17
BNDES/BNE	7,55%	53	9,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/17
FINAME	3,15%	86	10,90%	Cotação da taxa FINAME em dez/17
Bank of New York	4,27%	76	8,00%	Cotação da taxa AFD em dez/17
Debêntures simples	8,68%	54	7,90%	Cotação taxas Debts. BNDES e mercado dez/17
KfW	2,07%	73	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/17
IBM	5,15%	29	5,15%	Cotação taxa de mercado em dez/17

## 21. Instrumento Financeiro por Categoria

### (a) Controladora

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	405.573	-	<b>405.573</b>	621.673	-	<b>621.673</b>
Contas a receber de clientes	1.167.390	-	<b>1.167.390</b>	1.060.630	-	<b>1.060.630</b>
Bancos e aplicações de convênios	23.153	-	<b>23.153</b>	37.214	-	<b>37.214</b>
Aplicações financeiras vinculada	76.196	-	<b>76.196</b>	75.395	-	<b>75.395</b>
Ativos financeiros de concessões	659.147	-	<b>659.147</b>	604.538	-	<b>604.538</b>
Título patrimonial	-	73.058	<b>73.058</b>	-	59.564	<b>59.564</b>
Créditos com controladas	-	-	-	-	-	-
Demais contas a receber <sup>(1)</sup>	191.085	-	<b>191.085</b>	190.111	-	<b>190.111</b>
<b>Total</b>	<b>2.522.544</b>	<b>73.058</b>	<b>2.595.602</b>	<b>2.589.561</b>	<b>59.564</b>	<b>2.649.125</b>

<sup>(1)</sup> Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.136.099	<b>3.136.099</b>	3.430.435	<b>3.430.435</b>
Fornecedores <sup>(1)</sup>	191.866	<b>191.866</b>	149.394	<b>149.394</b>
PPP - Rio Manso	466.628	<b>466.628</b>	550.144	<b>550.144</b>
Contrato IBM	1.042	<b>1.042</b>	1.042	<b>1.042</b>
<b>Total</b>	<b>3.795.635</b>	<b>3.795.635</b>	<b>4.131.015</b>	<b>4.131.015</b>

<sup>(1)</sup> Os valores referentes a 31 de dezembro de 2016 foram ajustados com a inclusão do montante referente a energia elétrica, conforme consta no balanço patrimonial a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

**(b) Consolidado**

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	420.858	-	<b>420.858</b>	638.743	-	<b>638.743</b>
Contas a receber de clientes	1.173.653	-	<b>1.173.653</b>	1.065.294	-	<b>1.065.294</b>
Bancos e aplicações de convênios	23.284	-	<b>23.284</b>	37.175	-	<b>37.175</b>
Aplicações financeiras vinculada	76.196	-	<b>76.196</b>	75.395	-	<b>75.395</b>
Ativos financeiros de concessões	659.147	-	<b>659.147</b>	604.538	-	<b>604.538</b>
Título patrimonial	-	73.058	<b>73.058</b>	-	59.564	<b>59.564</b>
Demais contas a receber <sup>(1)</sup>	189.524	-	<b>189.524</b>	189.554	-	<b>189.554</b>
<b>Total</b>	<b>2.542.662</b>	<b>73.058</b>	<b>2.615.720</b>	<b>2.610.699</b>	<b>59.564</b>	<b>2.670.263</b>

<sup>(1)</sup> Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.136.099	<b>3.136.099</b>	3.430.925	<b>3.430.925</b>
Fornecedores <sup>(1)</sup>	199.483	<b>199.483</b>	154.408	<b>154.408</b>
PPP - Rio Manso	466.628	<b>466.628</b>	550.144	<b>550.144</b>
Contrato IBM	1.042	<b>1.042</b>	1.042	<b>1.042</b>
<b>Total</b>	<b>3.803.252</b>	<b>3.803.252</b>	<b>4.136.519</b>	<b>4.136.519</b>

<sup>(1)</sup> Os valores referentes a 31 de dezembro de 2016 foram ajustados com a inclusão do montante referente a energia elétrica, conforme consta no balanço patrimonial a fim de permitir a comparabilidade com 31 de dezembro de 2017.

## 22. Transações com Partes Relacionadas

### (a) Ativo, passivo e resultado

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos a serem observados quando da ocorrência de Transações entre Partes Relacionadas, para assegurar a transparência e a equidade nas transações e garantir a aderência aos preceitos legais e às melhores práticas de governança corporativa.

Assim, além dos convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia (Nota 18), a subsidiária Copanor, Copass Saúde e Fundação Libertas de Seguridade Social. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	<b>Controladora</b>			
		<b>31/12/2017</b>		
		<b>Outras</b>		
	<b>Subsidiária COPANOR</b>	<b>ESTADO MG</b>	<b>COPASS</b>	<b>LIBERTAS</b>
<b>Ativo</b>				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	79.753	-	-
Convênios	-	18.404	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	1.695	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>1.695</b>	<b>98.157</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante				
Juros sobre capital próprio	-	79.153	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	36.088
Programa de saúde	-	-	9.076	-
<b>Não circulante</b>				
Programa de seguridade	-	-	-	80.083
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>79.153</b>	<b>9.076</b>	<b>116.171</b>
<b>Resultado</b>				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	138.526	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	-	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	39.322
Programa de saúde	-	-	70.075	-



<b>Controladora</b>				
<b>31/12/2016</b>				
	<b>Subsidiária COPANOR</b>	<b>Outras</b>		
		<b>ESTADO MG</b>	<b>COPASS</b>	<b>LIBERTAS</b>
<b>Ativo</b>				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	44.600	-	-
Convênios	-	15.450	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	673	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>673</b>	<b>60.050</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante				
Juros sobre capital próprio	-	62.505	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	33.127
Programa de saúde	-	-	8.453	-
<b>Não circulante</b>				
Programa de seguridade	-	-	-	110.300
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>62.505</b>	<b>8.453</b>	<b>143.427</b>
<b>Resultado</b>				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	134.673	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	1.147	-	-	-
Programa de seguridade	-	-	-	35.969
Programa de saúde	-	-	60.947	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

Em 31 de dezembro de 2016 foram retirados os valores dos investimentos ativos e passivos nas subsidiárias, bem como os valores referentes a “Foz de Jeceaba” uma vez que correspondiam a um investimento de baixa representatividade mantido pela Companhia e sem influência significativa sobre a investida ou sobre a entidade que reporta a informação.

Também foram incluídas outras partes relacionadas, conforme definido pela Política de Partes Relacionadas da Companhia elaborada em 2017.

#### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remuneração	5.023	4.600
Benefícios assistenciais (*)	303	183
<b>Total</b>	<b>5.326</b>	<b>4.783</b>

(\*) Refere-se à alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

## 22.1 Natureza das operações com partes relacionadas

### • COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

- **Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União**

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da COPASA, ora confessada, junto ao BNY, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor desse Contrato é de R\$83.768.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desse contrato é de R\$235.514.

- **Convênios com Estado de Minas Gerais**

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo saldado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota 17).

- **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

## **23. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte**

1º) Em fevereiro de 2010 foi assinado Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, entre a Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte e COPASA MG, estabelecendo que a forma de quitação dos débitos da Companhia para com a Prefeitura de Belo Horizonte, oriundos do não recolhimento de tributos (ISSQN), devido a isenção concedida na assinatura do Convênio com esse Município, em 31 de janeiro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Prefeitura, seria realizada através de compensação com os créditos que a COPASA possuía com o Município, referentes a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não pagas no período de 1990 a 2002.

Este acordo definiu que o valor de R\$216.765 seria liquidado mediante pagamentos recíprocos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, sujeitas a juros de 1% (hum por cento) ao mês e atualização monetária anual pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, pelo IBGE (Notas 07 e 11).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber registrado é de R\$153.174, sendo R\$70.696 no ativo circulante e R\$82.478 no ativo não circulante (R\$204.024 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$64.429 no ativo circulante e R\$139.595 no ativo não circulante).

- 2º) A Companhia assumiu, através do Convênio de Cooperação celebrado em 13 de novembro de 2002, parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso, com contrapartida no Ativo Intangível, a título de Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte.

## 24. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2017, estão demonstrados a seguir:

<b>Contratado</b>	<b>Valor</b>	<b>Data da assinatura</b>	<b>Prazo em meses</b>
Construtora Artec S/A	63.798	26/09/2017	18
Consórcio Infracon RFJ Conata Montes Claros	33.760	04/08/2017	12
Construtora Cross Ltda	13.542	02/10/2017	20
Construtora Integral Ltda	11.564	27/12/2017	18
Poros Construtora Eireli EPP	11.334	27/12/2017	12
Consórcio Conata Comim Infracon	8.171	19/12/2017	20
DM Construções e Comércio Ltda	7.481	31/05/2017	13
Empreendimentos M.M. Ltda	7.027	01/08/2017	18
Senic - Serviços de Engenharia Indústria e Comércio Ltda	6.797	26/09/2017	20
Engesolo Engenharia Ltda	4.620	26/12/2017	24

## 25. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

Em 13 de fevereiro de 2017, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

## 26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora / Consolidado		
	2017	2016
Transações Parceria Público Privada PPP (Nota 09)	-	4.407
Juros capitalizados (Nota 09)	28.237	25.422

## 27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	4.405.117	4.015.006	4.433.472	4.041.109
Receita bruta de venda de produtos	-	-	-	1.057
Resíduos sólidos	399	-	399	-
Receita de construção	302.663	364.668	302.663	364.668
<b>Total receita bruta</b>	<b>4.708.179</b>	<b>4.379.674</b>	<b>4.736.534</b>	<b>4.406.834</b>
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(407.510)	(371.388)	(410.133)	(373.959)
<b>Receita líquida(*)</b>	<b>4.300.669</b>	<b>4.008.286</b>	<b>4.326.401</b>	<b>4.032.875</b>

(\*) Detalhamento da Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita direta de água	2.504.010	2.296.895	2.523.283	2.314.606
Receita direta de esgoto	1.398.652	1.264.050	1.404.404	1.269.478
Receita bruta de venda de produtos	-	-	-	900
Resíduos sólidos	399	-	399	-
<b>Total receita direta</b>	<b>3.903.061</b>	<b>3.560.945</b>	<b>3.928.086</b>	<b>3.584.984</b>
Receita indireta de água	82.330	71.249	83.024	71.786
Receita indireta de esgoto	12.615	11.424	12.628	11.437
<b>Total receita indireta</b>	<b>94.945</b>	<b>82.673</b>	<b>95.652</b>	<b>83.223</b>
<b>Receita de construção</b>	<b>302.663</b>	<b>364.668</b>	<b>302.663</b>	<b>364.668</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>4.300.669</b>	<b>4.008.286</b>	<b>4.326.401</b>	<b>4.032.875</b>

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Reversão de provisão não dedutível	146.303	75.870	146.670	76.492
Recuperação de contas baixadas	77.933	78.506	79.734	80.226
Ressarcimento programa de saúde	594	710	594	710
Outras receitas	22.965	35.197	23.254	38.383
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>247.796</b>	<b>190.283</b>	<b>250.252</b>	<b>195.811</b>

## 28. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos (Pessoal)	1.227.550	1.128.188	1.243.441	1.141.249
Materiais	140.412	134.419	144.488	137.510
Serviços de terceiros	876.830	793.456	890.677	804.642
Gerais	129.564	105.215	130.740	106.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198.670	158.278	201.509	161.286
Provisões para perdas materiais obsoletos	713	275	713	308
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	643
(-) Créditos tributários	(120.357)	(128.211)	(121.477)	(129.372)
<b>Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administ. (sem deprec./amort e custo construção)</b>	<b>2.453.382</b>	<b>2.191.620</b>	<b>2.490.091</b>	<b>2.222.541</b>
Depreciações e amortizações	563.996	596.745	563.996	596.782
<b>Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas (sem custo de construção)</b>	<b>3.017.378</b>	<b>2.788.365</b>	<b>3.054.087</b>	<b>2.819.323</b>
Custos de construção (*)	302.663	364.668	302.663	364.668
<b>Custos dos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas</b>	<b>3.320.041</b>	<b>3.153.033</b>	<b>3.356.750</b>	<b>3.183.991</b>
Provisões para demandas judiciais	163.141	157.345	163.299	158.945
Participação dos empregados nos lucros	35.236	27.173	35.236	27.173
Outros	63.681	55.114	64.655	59.250
<b>Despesas operacionais líquidas</b>	<b>3.582.099</b>	<b>3.392.665</b>	<b>3.619.940</b>	<b>3.429.359</b>
<b>Custos</b>	<b>2.461.999</b>	<b>2.460.959</b>	<b>2.490.995</b>	<b>2.484.398</b>
<b>Despesas</b>	<b>1.120.100</b>	<b>931.706</b>	<b>1.128.945</b>	<b>944.961</b>

(\*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora / Consolidado	
	2017	2016
Salários e encargos	20.719	28.678
Materiais	71.372	31.599
Equipamentos	13.749	13.783
Serviços de terceiros	171.384	268.726
Custos de financiamentos	24.768	21.120
Outros	671	762
<b>Total dos custos de construção</b>	<b>302.663</b>	<b>364.668</b>

## 29. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários	676.427	614.094	686.204	622.411
Custos previdenciários	203.979	190.326	206.679	192.664
FGTS	55.860	54.919	56.552	55.653
Contribuição para plano de pensão	39.322	35.969	39.322	35.971
Programa de alimentação	160.697	151.931	162.861	153.222
Programa de saúde	70.075	60.946	70.480	61.286
Outros benefícios	21.190	20.003	21.343	20.042
<b>Total</b>	<b>1.227.550</b>	<b>1.128.188</b>	<b>1.243.441</b>	<b>1.141.249</b>
Número de empregados (não auditado)	11.262	11.325	11.681	11.735

## 30. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros ativos	22.606	23.188	22.933	22.219
Rendimentos com aplicações financeiras	57.966	59.653	60.017	63.449
Receita de variação monetária e cambial	12.866	93.375	12.882	93.390
Receita de ativos financeiros/outros <sup>(1)</sup>	45.101	32.315	45.102	32.315
Tributos sobre receita financeira	(6.394)	(6.281)	(6.506)	(6.467)
<b>Total de receita</b>	<b>132.145</b>	<b>202.250</b>	<b>134.428</b>	<b>204.906</b>
Juros sobre financiamentos	(238.884)	(292.795)	(238.899)	(292.929)
Despesa de variação monetária e cambial	(93.117)	(109.761)	(93.116)	(109.760)
Outras despesas	(404)	(899)	(426)	(1.045)
<b>Total de despesa</b>	<b>(332.405)</b>	<b>(403.455)</b>	<b>(332.441)</b>	<b>(403.734)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(200.260)</b>	<b>(201.205)</b>	<b>(198.013)</b>	<b>(198.828)</b>

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2017 foi reconhecida uma receita de capitalização de Ativo financeiro no valor de R\$17,3 milhões, decorrente da transferência dos ativos dos sistemas compartilhados do Intangível e financeiros para o Imobilizado, conforme Nota 8.

### **31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do

CPC 01. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2017, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes

ou em processo de renovação e o resultado demonstrou a geração de VPL positivo.

### **32. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo**

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão informados nos itens 3, 7, 8, 9, 10, 16 e 17 do Relatório de Administração, parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

### **33. Eventos Subsequentes**

Foi concluída, em 15 de fevereiro de 2018, com a publicação do Anúncio de Encerramento, a Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 12ª Emissão da Companhia, no valor de R\$268,0 milhões, em 2 séries, emitida nos termos da Instrução CVM 400/03.